

Nota Curricular

MARIA ELIZABETH MOREIRA FERNANDEZ

1. FORMAÇÃO ACADÉMICA

Doutorada em Direito pela Escola de Direito da Universidade do Minho;

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em Ciências Jurídico-Políticas;

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto)

2. ATIVIDADE COMO DOCENTE UNIVERSITÁRIA:

Professora na Escola de Direito da Universidade do Minho

No Curso de Licenciatura em Direito, leciona as unidades curriculares de Direito Processual Civil Declaratório.

No Curso de Mestrado em Direito Judiciário, leciona Direito Processual Civil.

4. PUBLICAÇÕES

A) MONOGRAFIAS

Um Novo Código de Processo Civil? - Em busca das diferenças, Vida Económica, 2014

Do objeto do processo à apelação no contencioso administrativo: (contributo para as relações entre o objeto processual de primeiro grau e de segundo grau nos processos de impugnação de ato administrativo), a publicar pela Coimbra Editora, na Coleção de Estudos do CEJUR (atualmente no prelo)

B) TEXTOS EM OBRAS COLETIVAS NACIONAIS

Princípio do dispositivo e objeto da decisão de recurso publicado nas recentes reformas na ação executiva e nos recursos, 1º Curso Pós-graduado em Direito Processual Civil, Faculdade de Direito de Lisboa, Outubro de 2010.

A prova difícil ou impossível (a tutela judicial efetivas no dilema entre a previsibilidade e a proporcionalidade), Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, Vol. I, 2013, Coimbra Editora (pág. 811 – 834)

Revisitando o Recurso de Revista Excepcional: desta vez, o previsto no Artigo 721.º-A do CPC, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster, Almedina, 2012.

Revisitando o Recurso de Revista Excepcional: desta vez, o previsto no Artigo 721.º-A do CPC, págs. 157-174, I Jornadas de Direito Processual Civil —Olhares TransmontanosII, novembro de 2011, publicação da Camara Municipal de Valpaços.

O tempo como ónus do processo, (A pretexto da tutela da evidência e da denominada inversão do contencioso), em Obra de homenagem pelo 20º Aniversário da Escola de Direito da Universidade Minho, no prelo

C) ARTIGOS EM REVISTAS NACIONAIS

A pretensa reforma da ação executiva, CDP, nº 26.

O novo custo de acesso à justiça, Revista de Direito Público e Regulação, nº 3, Setembro de 2009.

Entre a urgência e a utilidade da tutela judicial definitiva, CDP número especial, Dezembro de 2010.

Urgências e recursos, a apelação autónoma das decisões interlocutórias (anotação ao acórdão do TCA SUL de 13.34.2010), CJA nº 83.

Responsabilidade do Estado por erro judiciário: perplexidades e interrogações, CJA, nº 88.

O procedimento especial de despejo, Julgar nº 19, Janeiro Abril de 2013.

Nemo Debet Esse Testis In Propria Causa — Sobre a (in)coerência do sistema processual a este propósito, Revista Julgar Especial, —A prova difícil, Abril 2014

5- A ADVOCACIA

É advogada desde 1993.

6 – OUTROS

- Diretora da Revista Cadernos de Justiça Tributária – CEJUR
- Presidente da Direção do CEJUR desde 2014
- Membro do Conselho Científico da EDUM
- Membro do Conselho de Escola da EDUM
- Membro do Conselho Pedagógico da EDUM
- Vogal da Direção de Mestrado de Direito Judiciário da EDUM